

ANEXO DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
PRESTAÇÃO DE CONTAS CONSOLIDADA 2024



Demonstração consolidada do desempenho orçamental

Recebimentos	n	n-1	Rubrica	Pagamentos	n	n-1
Saldo de Gerência anterior	13 783 273,31 €	16 108 998,50 €				
Operações Orçamentais [1]	12 751 151,21 €	15 240 335,32 €				
Devolução do saldo ope. Orçamentais						
Recebimentos do saldo devolvido por terceiras entidades						
Operações de Tesouraria [A]	1 032 122,10 €	868 663,18 €				
Receita Corrente	64 469 532,06 €	54 961 936,40 €		Despesa corrente	56 931 483,32 €	50 668 836,13 €
Receita fiscal	24 324 473,69 €	20 344 908,52 €	D1	Despesas com o pessoal	26 117 313,89 €	24 751 228,07 €
Imposto direto	24 324 473,69 €	20 344 908,52 €	D1.1	Remunerações Certas e Permanentes	19 872 524,57 €	18 542 744,05 €
Impostos Indiretos	- €	- €	D1.2	Abonos Variáveis ou Eventuais	1 250 383,17 €	1 068 954,35 €
Contribuições para sistemas de proteção social e subsistemas de saúde	- €	- €	D1.3	Segurança Social	4 994 406,15 €	5 139 529,67 €
Taxas, multas e outras penalidades	5 437 570,08 €	4 210 822,29 €	D2	Aquisição de bens e serviços	20 955 058,69 €	18 833 076,96 €
Rendimentos de Propriedade	12 000,00 €	6 921,55 €	D3	Juros e outros encargos	197 006,19 €	183 484,38 €
Transferências e subsídios correntes	20 444 864,35 €	16 702 272,13 €	D4	Transferências e subsídios correntes	8 507 806,39 €	5 798 738,84 €
Transferências Correntes	20 444 864,35 €	16 702 272,13 €	D4.1	Transferências correntes	8 507 806,39 €	5 798 738,84 €
Administrações públicas	19 107 886,39 €	15 743 811,76 €	D4.1.1	Administrações Públicas	4 697 394,83 €	2 650 965,30 €
Administração Central - Estado português	15 915 515,70 €	13 439 445,46 €	D4.1.1.1	Administração Central - Estado português	- €	- €
Administração Central - Outras entidades	1 873 453,17 €	1 553 303,29 €	D4.1.1.2	Administração Central - Outras entidades	- €	- €
Segurança Social	- €	- €	D4.1.1.3	Segurança Social	- €	- €
Administração Regional	- €	- €	D4.1.1.4	Administração Regional	- €	- €
Administração Local	133 077,49 €	118 050,79 €	D4.1.1.5	Administração Local	4 037 355,64 €	2 650 965,30 €
Exterior - EU	1 336 977,96 €	958 340,65 €	D4.1.2	Entidades do setor não lucrativo	3 152 966,52 €	2 396 392,44 €
Outras	- €	119,72 €	D4.1.3	Famílias	131 644,20 €	118 368,88 €
Subsídios Correntes	- €	- €	D4.1.4	Outras	- €	- €
Venda de bens e serviços	14 113 194,80 €	13 403 774,62 €	D4.2	Subsídios correntes	- €	- €
Outras Receitas correntes	137 429,14 €	293 237,29 €	D5	Outras Despesas correntes	1 154 298,16 €	1 102 307,88 €
Receitas Capital	1 683 649,32 €	1 331 596,87 €		Despesas de capital	6 949 443,85 €	7 491 505,68 €
Venda de bens de Investimento	26 364,98 €	8 997,68 €	D6	Aquisição de bens de capital	6 103 715,50 €	6 834 511,37 €
Transferências e subsídios de capital	1 652 800,40 €	1 316 471,71 €	D7	Transferências e subsídios de capital	845 728,35 €	656 994,31 €
Transferências de capital	1 652 800,40 €	1 316 471,71 €	D7.1	Transferências de capital	845 728,35 €	656 994,31 €
Administrações públicas	1 652 800,40 €	1 316 471,71 €	D7.1.1	Administrações públicas	301 635,26 €	308 316,42 €
Administração Central-Estado português	1 652 800,40 €	1 316 471,71 €	D7.1.1.1	Administração Central-Estado português	- €	- €
Administração Central - Outras entidades	- €	- €	D7.1.1.2	Administração Central - Outras entidades	- €	- €
Segurança Social	- €	- €	D7.1.1.3	Segurança Social	- €	- €
Administração Regional	- €	- €	D7.1.1.4	Administração Regional	- €	- €
Administração Local	- €	- €	D7.1.1.5	Administração Local	301 635,26 €	308 316,42 €
Exterior - EU	- €	- €	D7.1.2	Entidades do setor não lucrativo	544 093,09 €	348 677,89 €
Outras	- €	- €	D7.1.3	Famílias	- €	- €
Subsídios de Capital	- €	- €	D7.1.4	Outras	- €	- €
Outras receitas de capital	4 483,94 €	6 127,48 €	D7.2	Subsídios de Capital	- €	- €
Reposições não abatidas aos pagamentos	1 733,80 €	3 824,92 €	D8	Outras despesas de capital	- €	- €
Receita efetiva [2]	66 154 915,18 €	56 297 358,19 €		Despesa efetiva [5]	63 880 927,17 €	58 160 341,81 €
Receita não efetiva [3]	4 027 430,50 €	4 563 087,48 €		Despesa não efetiva [6]	5 239 387,35 €	5 189 287,97 €
Receita com ativos financeiros	2 000 000,00 €	2 000 000,00 €	D9	Despesa com ativos financeiros	2 000 000,00 €	2 000 000,00 €
Receita com passivos financeiros	2 027 430,50 €	2 563 087,48 €	D10	Despesa com passivos financeiros	3 239 387,35 €	3 189 287,97 €
Soma [4]=[1]+[2]+[3]	82 933 496,89 €	76 100 780,99 €		Soma [7]=[5]+[6]	69 120 314,52 €	63 349 629,78 €
Operações de Tesouraria [B]	479 874,64 €	740 417,57 €		Operações de tesouraria[C]	458 659,63 €	576 958,65 €
				Saldo para a gerência seguinte	14 866 519,48 €	13 783 273,31 €
				Operações Orçamentais [8]=[4]-[7]	13 813 182,37 €	12 751 151,21 €
				Operações de tesouraria [D]=[A]+[B]-[C]	1 053 337,11 €	1 032 122,10 €
				Saldo global [2]-[5]	2 273 988,01 €	- 1 862 983,62 €
				Despesa primária	63 683 920,98 €	57 976 857,43 €
				Saldo corrente	7 538 048,74 €	4 293 100,27 €
				Saldo de capital	- 5 265 794,53 €	- 6 159 908,81 €
				Saldo Primário	2 470 994,20 €	- 1 679 499,24 €
				Receita total [1]+[2]+[3]	82 933 496,89 €	76 100 780,99 €
				Despesa total [5]+[6]	69 120 314,52 €	63 349 629,78 €

Demonstração consolidada de direitos e Obrigações por natureza

Euros

Rubrica	Liquidações	n
Receita Corrente		3 878 309,44 €
R1	Receita fiscal	- €
R1.1	Imposto direto	- €
R1.2	Impostos Indiretos	- €
	Contribuições para sistemas de proteção social e sistemas de saúde	- €
R2	subistemas de saúde	- €
R3	Taxas, multas e outras penalidades	712 326,87 €
R4	Rendimentos de Propriedade	- €
R5	Transferências e subsídios correntes	447 362,19 €
R5.1	Transferências Correntes	447 362,19 €
R5.1.1	Administrações públicas	337 668,91 €
R5.1.1.1	Administração Central - Estado português	- €
R5.1.1.2	Administração Central - Outras entidades	204 965,74 €
R5.1.1.3	Segurança Social	- €
R5.1.1.4	Administração Regional	- €
R5.1.1.5	Administração Local	132 703,17 €
R5.1.2	Exterior - EU	61 967,22 €
R5.1.3	Outras	47 726,06 €
R5.2	Subsídios Correntes	- €
R6	Venda de bens e serviços	2 687 161,25 €
R7	Outras Receitas correntes	31 459,13 €
Receitas Capital		3 136,67 €
R8	Venda de bens de Investimento	3 136,67 €
R9	Transferências e subsídios de capital	- €
R9.1	Transferências de capital	- €
R9.1.1	Administrações públicas	- €
R9.1.1.1	Administração Central-Estado português	- €
R9.1.1.2	Administração Central - Outras entidades	- €
R9.1.1.3	Segurança Social	- €
R9.1.1.4	Administração Regional	- €
R9.1.1.5	Administração Local	- €
R9.1.2	Exterior - EU	- €
R9.1.3	Outras	- €
R9.2	Subsídios de Capital	- €
R10	Outras receitas de capital	- €
R11	Reposições não abatidas aos pagamentos	- €
Receita efetiva [1]		3 881 446,11 €
Receita não efetiva [2]		- €
R12	Receita com ativos financeiros	- €
R13	Receita com passivos financeiros	- €
Receita total [3]=[1]+[2]		3 881 446,11 €

Rubrica	Obrigações	n
Despesa corrente		586 834,41 €
D1	Despesas com o pessoal	322 875,63 €
D1.1	Remunerações Certas e Permanentes	263 769,29 €
D1.2	Abonos Variáveis ou Eventuais	10 588,56 €
D1.3	Segurança Social	48 517,78 €
D2	Aquisição de bens e serviços	253 935,00 €
D3	Juros e outros encargos	6,78 €
D4	Transferências e subsídios correntes	5 517,00 €
D4.1	Transferências correntes	5 517,00 €
D4.1.1	Administrações Públicas	- €
D4.1.1.1	Administração Central - Estado português	- €
D4.1.1.2	Administração Central - Outras entidades	- €
D4.1.1.3	Segurança Social	- €
D4.1.1.4	Administração Regional	- €
D4.1.1.5	Administração Local	- €
D4.1.2	Entidades do setor não lucrativo	- €
D4.1.3	Famílias	5 517,00 €
D4.1.4	Outras	- €
D4.2	Subsídios correntes	- €
D5	Outras Despesas correntes	4 500,00 €
Despesas de capital		56 537,40 €
D6	Aquisição de bens de capital	56 537,40 €
D7	Transferências e subsídios de capital	- €
D7.1	Transferências de capital	- €
D7.1.1	Administrações públicas	- €
D7.1.1.1	Administração Central-Estado português	- €
D7.1.1.2	Administração Central - Outras entidades	- €
D7.1.1.3	Segurança Social	- €
D7.1.1.4	Administração Regional	- €
D7.1.1.5	Administração Local	- €
D7.1.2	Entidades do setor não lucrativo	- €
D7.1.3	Famílias	- €
D7.1.4	Outras	- €
D7.2	Subsídios de Capital	- €
D8	Outras despesas de capital	- €
Despesa efetiva [4]		643 371,81 €
Despesa não efetiva [5]		- €
D9	Despesa com ativos financeiros	- €
D10	Despesa com passivos financeiros	- €
Despesa total [6]=[4]+[5]		643 371,81 €

Balço Consolidado 2024

RUBRICAS	NOTAS	DATA	
		31/12/2024	31/12/2023
ATIVO			
Ativo não corrente			
Ativos fixos tangíveis	5	246 207 269,66	244 455 860,86
Ativos intangíveis	3	136 035,07	218 455,38
Investimentos Participações financeiras	18	2 118 714,70	2 117 479,59
Clientes, contribuintes e utentes	18	131 016,59	9 566,15
Outras contas a receber	18	9 714,91	28 094,16
		248 602 750,93	246 829 456,14
Ativo corrente			
Inventários	10	136 695,57	129 872,55
Devedores por transferências e subsídios não reembolsáveis	18	12 868,38	0,00
Clientes, contribuintes e utentes	9/18	1 135 685,88	1 577 457,48
Estado e outros entes públicos	18	119 633,68	128 426,83
Outras contas a receber	18	13 874 947,45	15 351 242,52
Diferimentos	18	394 072,74	513 198,04
Caixa e depósitos	1	16 866 519,48	15 783 273,31
		32 540 423,18	33 483 470,73
Total do ativo		281 143 174,11	280 312 926,87
PATRIMÓNIO LÍQUIDO			
Património/Capital		71 212 617,59	71 212 617,59
Reservas		3 521 114,04	3 521 114,04
Resultados transitados		168 092 342,67	168 287 465,93
Ajustamentos em ativos financeiros		15 138,31	15 138,31
Excedentes de revalorização		46 993,29	61 993,29
Outras variações no património líquido		22 568 096,61	20 172 148,09
Resultado líquido do período		(1 810 502,21)	(322 198,14)
Interesses que não controlam		625 294,61	1 020 362,34
Total do Património Líquido		264 271 094,91	263 968 641,45
PASSIVO			
Passivo não corrente			
Provisões	15	477 755,24	431 041,30
Financiamentos obtidos	18	1 682 071,04	2 180 094,20
Fornecedores de investimentos		0,00	0,00
Fornecedores			
Responsabilidades por benefícios pós-emprego			
Diferimentos	18	3 695 444,26	3 755 772,22
Passivos por impostos diferidos			
Outras contas a pagar	18	981 449,40	955 540,81
		6 836 719,94	7 322 448,53
Passivo corrente			
Fornecedores	18	301 717,34	72 577,99
Adiantamentos de clientes, contribuintes e utentes			
Estado e outros entes públicos	18	567 415,60	614 474,25
Acionistas/sócios/associados			
Financiamentos obtidos	18	1 020 534,47	1 889 877,64
Fornecedores de investimentos		8 865,81	0,00
Outras contas a pagar	18	4 802 345,24	4 638 908,56
Diferimentos	18	3 334 480,80	1 805 998,45
		10 035 359,26	9 021 836,89
Total do Passivo		16 872 079,20	16 344 285,42
Total do Património Líquido e Passivo		281 143 174,11	280 312 926,87

Demonstração de Resultados Consolidado 2024

RUBRICAS	NOTAS	PERÍODO	
		31/12/2024	31/12/2023
Impostos, contribuições e taxas	13/14 +	30 331 641,00	28 154 943,15
Vendas	13 +	3 047 911,18	2 852 857,62
Prestações de serviços e concessões	13 +	11 912 603,47	11 037 954,22
Rendimentos/Gastos imputados de entidades controladas, associadas e empreendimentos conjuntos	13 +/-	1 235,11	2 699,55
Transferências e subsídios correntes obtidos	14 +	17 452 491,05	16 219 815,09
Trabalhos para a própria entidade	13/14 +	101 880,66	116 015,39
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	10 -	-148 930,01	-171 458,13
Fornecimentos e serviços externos	23 -	-21 266 207,72	-18 791 108,87
Gastos com pessoal	19 -	-25 779 322,19	-24 801 472,52
Transferências e subsídios concedidos	-	-8 120 844,98	-5 751 349,42
Imparidade de inventários e ativos biológicos (perdas/reversões)	+/-	0,00	0,00
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)	+/-	-471 166,45	-228 651,72
Provisões (aumentos/reduções)	15 +/-	-46 713,94	-40 360,98
Outros rendimentos e ganhos	13/14 +	2 571 724,86	1 356 583,08
Outros gastos e perdas	-	-2 761 036,52	-1 897 300,99
Resultados antes de depreciações e gastos de financiamento		6 825 265,52	8 059 165,47
Gastos/reversões de depreciação e amortização	3/5 +/-	(8 433 772,37)	(8 181 249,22)
Imparidade de investimentos depreciables/amortizáveis (perdas/reversões)	+/-		
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento)		-1 608 506,85	(122 083,75)
Juros e rendimentos similares obtidos	+	13 165,96	13 166,16
Juros e gastos similares suportados	-	(203 754,28)	(200 972,21)
Resultado antes de impostos		(1 799 095,17)	(309 889,80)
Imposto sobre o rendimento		-2 931,05	0,00
Resultado líquido do período		-1 802 026,22	-309 889,80
Resultado líquido do período atribuível a:			
Detentores do capital da entidade-mãe		-1 810 502,21	-322 198,14
Interesses que não controlam		8 475,99	12 308,34

Demonstração das alterações no Património Líquido Consolidado 2024

DESCRIÇÃO		Capital/ Património Realizado	Outros instrumentos de capital próprio	Reservas	Resultados transitados	Ajustamentos em ativos financeiros	Excedentes de revalorização	Outras variações no património líquido	Resultado líquido do período	TOTAL	Interesses que não controlam	Total do património líquido
POSIÇÃO NO INICIO DO PERÍODO	(1)	71 212 617,59	0,00	3 521 114,04	168 287 465,93	15 138,31	61 993,29	20 172 148,09	(322 198,14)	262 948 279,11	1 020 362,34	263 968 641,45
ALTERAÇÕES NO PERÍODO												
Primeira adoção de novo referencial contabilístico												
Alterações de políticas contabilísticas												
Diferenças de conversão de demonstrações financeiras												
Realização do excedente de revalorização							-15000			(15 000,00)		
Excedentes de revalorizações e respetivas variações								345 492,68		345 492,68		345 492,68
Transferências e subsídios de capital										(434 909,96)		
Correção de erros materiais					(434 909,96)					(434 909,96)		
Outras alterações reconhecidas no Património Líquido					239 786,70			2 050 455,84	322 198,14	2 612 440,68	625 294,61	2 612 440,68
	(2)	0,00	0,00	0,00	(195 123,26)	0,00	(15 000,00)	2 395 948,52	322 198,14	2 508 023,40	625 294,61	2 957 933,36
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO	(3)								(1 810 502,21)	(1 810 502,21)		(1 810 502,21)
RESULTADO INTEGRAL	(4) = (2) + (3)								(1 488 304,07)	697 521,19		697 521,19
OPERAÇÕES COM DETENTORES DE CAPITAL NO PERÍODO												
Realizações de capital/património												
Entradas para coberturas de perdas												
Outras operações												
	(5)				0,00	0,00		0,00	0,00	0,00		0,00
POSIÇÃO NO FIM DO PERÍODO	(6)=(1)+(2)+(3)+(5)	71 212 617,59		3 521 114,04	168 092 342,67	15 138,31	46 993,29	22 568 096,61	-1 810 502,21	263 645 800,30	625 294,61	264 271 094,91

Demonstração dos fluxos de caixa consolidada 2024

RUBRICAS			Períodos	
			31/12/2024	31/12/2023
Fluxos de caixa das actividades operacionais				
Recebimentos de clientes		+	14 110 713,76	13 408 902,05
Recebimento de contribuintes		+	21 035 805,04	17 449 740,27
Recebimentos de transferências e subsídios correntes			19 159 731,10	16 069 140,19
Recebimento de utentes		+	5 278 123,19	4 066 757,98
Pagamentos a fornecedores		-	(21 439 390,14)	(19 261 502,08)
Pagamentos ao pessoal		-	(24 852 540,58)	(23 516 101,27)
Pagamentos de transferências e subsídios		-	(8 101 414,96)	(5 751 582,90)
Caixa gerada pelas operações		+/-	5 191 027,41	2 465 354,24
Outros recebimentos		+	3 687 755,48	3 475 823,44
Outros pagamentos		-	(1 964 786,37)	(1 922 438,94)
Fluxos de caixa das actividades operacionais	(a)	+/-	6 913 996,52	4 018 738,74
Fluxos de caixa das actividades de investimento				
Pagamentos respeitantes a:				
Activos fixos tangíveis		-	(5 978 656,28)	(6 578 153,49)
Activos intangíveis		-	(17 418,32)	(120 580,56)
Investimentos financeiros		-	0,00	(254,19)
Recebimentos provenientes de:				
Activos fixos tangíveis		+	35 187,00	0,00
Activos intangíveis		+		
Propriedades de investimento		+		
Investimentos financeiros		+		
Outros activos		+	26 364,98	9 008,63
Subsídios ao investimento		+		
Transferências de capital		+	1 652 800,40	1 316 471,71
Fluxos de caixa das actividades de investimento	(b)	+/-	(4 281 722,22)	(5 373 507,90)
Fluxos de caixa das actividades de financiamento				
Recebimentos provenientes de:				
Financiamentos obtidos		+	2 027 430,50	2 563 087,48
Outras operações de financiamento		+	0,00	0,00
Pagamentos respeitantes a:				
Financiamentos obtidos		-	(3 394 732,87)	(3 367 931,53)
Juros e gastos similares		-	(181 725,76)	(166 111,98)
Outras operações de financiamento		-	0,00	0,00
Fluxos de caixa das actividades de financiamento	(c)	+/-	(1 549 028,13)	(970 956,03)
Variação de caixa e seus equivalentes	(a)+(b)+(c)		1 083 246,17	(2 325 725,19)
Efeito das diferenças de câmbio		+/-		
Caixa e seus equivalentes no início do período		+/-	15 783 273,31	18 108 998,50
Caixa e seus equivalentes no fim do período		+/-	16 866 519,48	15 783 273,31
CONCILIAÇÃO ENTRE CAIXA E SEUS EQUIVALENTES E SALDO DE GERÊNCIA				
Caixa e seus equivalentes no início do período			15 777 339,33	18 102 232,29
- Equivalentes a caixa no início do período			(2 000 000,00)	(2 000 000,00)
+ Parte do saldo de gerência que não constitui equivalentes de caixa				
- Variações cambiais de caixa no início do período				
= Saldo da gerência anterior			13 783 273,31	16 108 998,50
De execução orçamental			12 751 151,21	15 240 335,32
De operações de tesouraria			1 032 122,10	868 663,18
Caixa e seus equivalentes no fim do período			16 866 519,48	15 783 273,31
- Equivalentes a caixa no fim do período			(2 000 000,00)	(2 000 000,00)
+ Parte do saldo de gerência que não constitui equivalentes de caixa				
- Variações cambiais de caixa no fim do período				
= Saldo da gerência seguinte			14 866 519,48	13 783 273,31
De execução orçamental			13 813 182,37	12 751 151,21
De operações de tesouraria			1 053 337,11	1 032 122,10

Nota 1 - Identificação da entidade, período de relato e referencial contabilístico

O detalhe dos valores da execução orçamental e de operações de tesouraria, apresentam-se conforme segue:

Designação	31/12/2024	31/12/2023
- Execução orçamental	13 813 182,37 €	12 751 151,21
- Operações de tesouraria	1 053 337,11 €	1 032 122,10
Saldo da gerência	14 866 519,48 €	13 783 273,31 €

Nota 2 - Principais políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros

2.1 - Apresentação apropriada e conformidade com as NCP

As presentes demonstrações financeiras apresentam de forma apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da entidade. Representam de forma fiel os efeitos das transações, outros acontecimentos e condições, de acordo com a definição e critérios de reconhecimento de ativos, passivos, rendimentos e gastos estabelecidos na estrutura concetual e nas Normas de Contabilidade Pública (NCP).

➤ Informação Comparativa

Respeitando o Princípio da Continuidade da Entidade, as políticas contabilísticas foram adotadas de maneira consistente ao longo do tempo.

As quantias comparativas afetadas pela reclassificação serão divulgadas, tendo em conta:

- A natureza da reclassificação;
- A quantia de cada item ou classe de itens que tenha sido reclassificada;
- Razão para a reclassificação.

➤ Consistência de Apresentação

As Demonstrações Financeiras são consistentes de um período para o outro, quer a nível da apresentação, quer dos movimentos contabilísticos que lhes dão origem, exceto quando ocorrem alterações significativas na natureza que, nesse caso, estão devidamente

identificadas e justificadas neste Anexo. Desta forma é proporcionada informação fiável e mais relevante.

➤ Materialidade e Agregação

A relevância da informação é afetada pela sua natureza e materialidade. Cada classe material de itens semelhantes é apresentada separadamente nas demonstrações financeiras. Os itens de natureza ou função dissemelhante serão apresentados separadamente, a menos que sejam imateriais.

➤ Compensação

Devido à importância dos ativos e passivos serem relatados separadamente, assim como os gastos e os rendimentos, estes não foram sujeitos a compensações, exceto os que forem exigidos por NCP.

➤ Continuidade

Com base na informação disponível e expectativas futuras, as Entidades do Grupo Autárquico, continuarão a operar no futuro previsível, assumindo que não há a intenção nem a necessidade, de liquidar ou de reduzir consideravelmente o nível das suas operações.

➤ Juízos de valor críticos e principais fontes de incerteza associadas a estimativas

Na preparação das demonstrações financeiras anexas foram efetuados juízos de valor e estimativas e utilizados diversos pressupostos que afetam as quantias relatadas de ativos e passivos, assim como as quantias relatadas de rendimentos e gastos do período.

As notas cuja numeração se encontra ausente deste anexo não são aplicáveis às Entidades do Grupo Autárquico ou a sua apresentação não é relevante para a leitura das demonstrações financeiras.

2.2 - Principais políticas contabilísticas

As principais políticas contabilísticas definidas pelo Órgão de Gestão, foram as seguintes:

a) Ativos fixos tangíveis

Os ativos fixos tangíveis adquiridos encontram-se registados ao seu custo de aquisição de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites, deduzido das depreciações acumuladas.

As depreciações são calculadas, após a data em que os bens estejam disponíveis para serem utilizados, pelo método da linha reta, em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo e bens, adotando-se o Classificador complementar 2 (CC2)

As vidas úteis e método de depreciação dos vários bens são revistos anualmente. O efeito de alguma alteração referente às vidas uteis de depreciação será reconhecido prospectivamente na demonstração dos resultados.

As despesas de conservação e reparação que não aumentem a vida útil dos ativos, nem resultem em benfeitorias ou melhorias significativas nos elementos dos ativos fixos tangíveis foram registadas como gastos do exercício em que ocorrem.

Caso existam ativos fixos tangíveis em curso, os mesmos representam ativos que ainda não se encontram em condições necessárias ao seu funcionamento/utilização. Estes ativos fixos tangíveis passarão a ser depreciados a partir do momento em que os ativos subjacentes estejam disponíveis para uso e nas condições necessárias para operar de acordo com o pretendido pela gestão.

O desreconhecimento dos ativos fixos tangíveis, resultantes da venda ou abate são determinados pela diferença entre o preço de venda e o valor líquido contabilístico na data de alienação ou abate, sendo registados na demonstração dos resultados nas rubricas «Outros rendimentos e ganhos» ou «Outros gastos e perdas».

b) Ativos intangíveis

Os ativos intangíveis adquiridos, são registados ao custo de aquisição (justo valor na data de aquisição), deduzidos das amortizações acumuladas e imparidades.

As depreciações são calculadas, após a data em que os bens estejam disponíveis para serem utilizados, pelo método da linha reta, em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo e bens, adotando-se o Classificador complementar 2 (CC2).

As vidas úteis e método de depreciação dos vários bens são revistos anualmente. O efeito de alguma alteração a estas estimativas será reconhecido prospectivamente na demonstração dos resultados.

c) Imparidades de ativos fixos tangíveis e intangíveis e propriedades de investimento

Em cada data de relato é efetuada uma revisão das quantias escrituradas, com vista a determinar se existe algum indicador de que os mesmos possam estar em imparidade. Se existir algum indicador, é estimada a quantia recuperável dos respetivos ativos (ou da unidade geradora de caixa) a fim de determinar a extensão da perda por imparidade (se for o caso).

d) Participações Financeiras

Os investimentos financeiros em subsidiárias, empreendimentos conjuntos e associadas podem ser mensurados em conformidade com a NCP 18 (justo valor ou ao custo) ou ao método da equivalência patrimonial conforme previsto na NCP 23.

Pelo método do custo, o investimento é reconhecido inicialmente pelo seu custo de aquisição, sendo subseqüentemente ajustado de quaisquer perdas por imparidade.

Pelo método da equivalência patrimonial, a quantia escriturada é aumentada ou diminuída para reconhecer a evolução da quota-parte da investidora nos resultados da participada depois da data da aquisição. A quota-parte da investidora nos resultados da participada é reconhecida nos resultados da investidora. As distribuições recebidas reduzem a quantia escriturada do investimento. O valor final da participação financeira irá

incluir o valor determinado pela aplicação do método da equivalência patrimonial juntamente com quaisquer interesses de longo prazo que, em substância, façam parte do investimento líquido da investidora na participada.

e) Rédito e regime do acréscimo

Nos rendimentos de transações com contraprestação, o rédito compreende o justo valor da contraprestação recebida ou a receber pelas vendas e prestações de serviços decorrentes da atividade normal das Entidades do Grupo Autárquico, na data da prestação dos serviços ou se periódicos, no fim do período a que dizem respeito.

Nos rendimentos de transações sem contraprestação, o rédito é reconhecido quando os acontecimentos ocorrem, sendo mensurados ao justo valor à data de aquisição.

Observou-se o disposto nas NCP 13 e 14, dado que o rédito só foi reconhecido por ter sido razoavelmente mensurável, e seja provável que se obtenham benefícios económicos futuros e todas as contingências relativas tenham sido substancialmente resolvidas.

f) Transferências e subsídios

As transferências do Estado para os municípios no âmbito do Fundo de Equilíbrio Financeiro Capital previsto na Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro e a que o Município tem direito são reconhecidas no património líquido.

Sempre que se configurar possível a afetação dessas verbas a um ou mais ativos depreciables ou amortizável, afetação, a transação para resultados equipara -se a um subsídio ou transferência consignada, pelo que, numa base sistemática, procede-se à imputação, à medida que forem contabilizadas as amortizações ou depreciações dos ativos subjacentes na respetiva proporção.

Um subsídio só é reconhecido quando haja segurança razoável de que a entidade cumprirá as condições a ele associadas, e que o subsídio será recebido.

Os subsídios não reembolsáveis relacionados com ativos fixos tangíveis e ativos intangíveis são inicialmente reconhecidos em diferimentos e no momento em que se consideram

cumpridas as condições, são transferidos para o património líquido (outras variações do património líquido) e, subseqüentemente:

- Os que respeitam a ativos fixos tangíveis depreciáveis e ativos intangíveis amortizáveis devem ser imputados numa base sistemática como rendimentos de forma que sejam balanceados com os gastos relacionados que se pretende que eles compensem;
- Os que respeitem a ativos fixos tangíveis não depreciáveis e ativos intangíveis amortizáveis devem ser mantidos no património líquido, exceto se a respetiva quantia for necessária para compensar qualquer perda por imparidade.

g) Instrumentos financeiros

Os instrumentos financeiros encontram-se valorizados de acordo com os seguintes critérios:

- Clientes e outras dívidas de terceiros

As contas "clientes" e "outras contas a receber" estão reconhecidas pelo seu valor nominal diminuído de eventuais perdas por imparidades, para que as mesmas reflitam o seu valor realizável líquido.

Os valores refletidos no Balanço a título de "Clientes" e Outros Valores a Receber, respeitam a saldos por receber de prestações de serviços, vendas e apoios contratuais acordados, para além de contratos de financiamento homologados já em execução (para os quais foi solicitado pedidos de pagamento) ou a aguardar o seu início ou execução.

A imparidade das contas a receber é estabelecida quando há evidência objetiva de que a autarquia não receberá a totalidade dos montantes em dívida conforme as condições originais das suas contas a receber

- Fornecedores e outras dívidas a terceiros

As contas a pagar a fornecedores e outros terceiros, que não vencem juros, são registadas pelo seu valor nominal, que é equivalente ao seu justo valor.

- Financiamentos bancários (empréstimos)

Os financiamentos são registados no passivo pelo custo. Os financiamentos são classificados como passivo corrente, a não ser que a Entidade tenha o direito incondicional para diferir a liquidação do passivo por mais 12 meses após a data de relato, caso em que serão incluídos em passivos não correntes pelas quantias que se vencem para além deste prazo.

- Periodizações

As transações são contabilisticamente reconhecidas quando são geradas, independentemente do momento em que são recebidas ou pagas. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos são registados nas rubricas «Outras contas a receber e a pagar» e «Diferimentos».

- Caixa e depósitos bancários

Os montantes incluídos na rubrica caixa e seus equivalentes, correspondem aos valores em caixa e depósitos.

h) Provisões e Passivos Contingentes

Uma provisão só é reconhecida quando, cumulativamente:

- Tem uma obrigação presente (legal ou construtiva) como resultado de um acontecimento passado;
- É provável que seja exigido um exfluxo de recursos incorporando benefícios económicos ou potencial de serviço para pagar essa obrigação;
- Pode ser feita uma estimativa fiável da quantia dessa obrigação.

Uma **provisão** é mensurada pela melhor estimativa do dispêndio exigido para liquidar a obrigação presente à data de relato. A melhor estimativa corresponde à quantia que as Entidades do Grupo Autárquico racionalmente pagariam para liquidar a obrigação à data de relato ou para a transferir para um terceiro nessa data.

As estimativas do desfecho e do efeito financeiro são determinadas pelo julgamento do órgão de gestão, tendo em consideração a experiência de transações similares e, em alguns casos, os relatórios de peritos independentes, nomeadamente do mandatário judicial.

As provisões são revistas em cada data de relato e ajustadas para refletirem a melhor estimativa corrente. Se deixar de ser provável que é necessário um exfluxo de recursos incorporando benefícios económicos ou potencial de serviço para liquidar a obrigação, a provisão deve ser revertida. Uma provisão apenas é utilizada para dispêndios relativamente aos quais foi originalmente reconhecida.

Se tivermos perante um **passivo contingente**, o mesmo não é reconhecido, sendo sujeito a divulgação, exceto se for remota a possibilidade de um exfluxo de recursos incorporando benefícios económicos ou potencial de serviço.

Os passivos contingentes são continuamente avaliados para determinar se um exfluxo de recursos incorporando benefícios económicos ou potencial de serviço se tornou provável. Quando se torna provável, deve ser reconhecida uma provisão nas demonstrações financeiras desse período.

Nota 3 - Ativos intangíveis

As taxas de amortização utilizadas correspondem aos seguintes períodos de vida útil estimada:

AI	Projetos de Desenvolvimento	Programas de computador e sistemas de informação
Taxa de Amortização	33,33%	33,33%
Métodos de amortização	Linha reta	Linha reta

Em 2024, o movimento ocorrido na quantia escriturada dos ativos intangíveis encontra-se nos quadros seguintes:

3.1 - Ativos Intangíveis - variação das amortizações e perdas por imparidades acumuladas.

Rubricas	Início do Período				Fim do Período			
	Quantia Bruta	Amortizações acumuladas	Perdas por imparidade acumuladas	Quantia Escriturada	Quantia Bruta	Amortizações acumuladas	Perdas por imparidade acumuladas	Quantia Escriturada
442 Projetos de desenvolvimento	361 383,45	326 411,29	0,00	34 972,16	361 383,45	344 061,91	0,00	17 321,54
443 Programas de computador e sistemas de informação	1 334 960,16	1 151 476,94	0,00	183 483,22	1 385 398,37	1 266 684,84	0,00	118 713,53
TOTAL	1 696 343,61	1 477 888,23	0,00	218 455,38	1 746 781,82	1 610 746,75	0,00	136 035,07

3.2 - Ativos Intangíveis – quantia escriturada e variações do período.

Rubricas	Quantia escriturada inicial	Variações						Quantia escriturada final
		Adições	Transferências internas	Revalorizações	Reversão de Perdas por imparidade	Amortizações do período	Diminuições	
442 Projetos de desenvolvimento	34 972,16	0,00	0,00	0,00	0,00	-17 650,62	0,00	17 321,54
443 Programas de computador e sistemas de informação	183 483,22	50 438,21	0,00	0,00	0,00	-115 207,90		118 713,53
TOTAL	218 455,38	50 438,21	0,00	0,00	0,00	-132 858,52	0,00	136 035,07

3.3 - Ativos Intangíveis – adições.

Rubricas	Adições									
	Internas	Compra	Cessão	Transfer. ou troca	Doação	Dação em pagamento	Locação fin.	Fusão, cisão, ...	Outras	Total
441 Goodwill	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
442 Projetos de desenvolvimento	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
443 Programas de computador e sistemas de informação	0,00	45 078,17	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	5 360,04	50 438,21
TOTAL	0,00	45 078,17	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	5 360,04	50 438,21

Nota 4 - Acordos de concessão de serviços: concedente

No quadro seguinte encontram-se descritos os contratos de concessão, com todos os elementos fundamentais. Não há lugar a qualquer pagamento, há sim lugar a recebimentos.

Contrato de Concessão	Concessionário	Ativo de concessão	Período de Concessão	Valor do contrato	Pagamentos ao Concessionário		
					Anos anteriores	Ano corrente	Anos futuros
Exploração da concessão de distribuição de electricidade em baixa tensão	E-REDES - Distribuição de Eletricidade S.A.	-	20 Anos	-	-	-	-

No quadro seguinte apresenta-se a informação provisória enviada pela E-Redes.

	Valor aquisição	Depreciação acumulada	Valor líquido
Imobilizado em exploração	24 230 500,13	- 17 652 702,32	6 577 797,81
Chegadas aéreas	966 166,96	- 868 064,55	98 102,41
Chegadas subterrâneas	2 645 299,55	- 1 558 485,24	1 086 814,31
Contadores e acessórios	3 909 413,40	- 2 955 662,51	953 750,89
Contadores	1 350 501,39	- 1 329 773,17	20 728,22
Outro equipamento	1 022 719,84	- 914 497,11	108 222,73
Eq. Telegestão Energia EDP Box	1 536 192,17	- 711 392,23	824 799,94
Iluminação pública	3 770 114,52	- 2 651 940,06	1 118 174,46
Postos Transformação e Seccionamento	5 609 665,77	- 3 752 246,68	1 857 419,09
Redes aéreas	4 008 604,86	- 3 312 444,74	696 160,12
Redes subterrâneas	3 321 235,07	- 2 553 858,54	767 376,53
Subsídios ao investimento	- 13 557 407,64	10 675 054,09	- 2 882 353,55
Chegadas aéreas	- 513 857,32	462 330,99	- 51 526,33
Chegadas subterrâneas	- 2 448 958,38	1 450 640,80	- 998 317,58
Contadores e acessórios	- 784 056,94	769 750,64	- 14 306,30
Contadores	- 608 825,62	608 708,29	- 117,33
Outro equipamento	- 174 544,83	160 824,99	- 13 719,84
Eq. Telegestão Energia EDP Box	- 686,49	217,36	- 469,13
Iluminação pública	- 2 838 496,97	2 152 253,08	- 686 243,89
Postos Transformação e Seccionamento	- 1 922 057,86	1 472 401,31	- 449 656,55
Redes aéreas	- 2 426 600,03	2 223 163,23	- 203 436,80
Redes subterrâneas	- 2 623 380,14	2 144 514,04	- 478 866,10
Total	10 673 092,49	- 6 977 648,23	3 695 444,26

Rubrica	Valor
Valor líquido AFT	6 577 797,81 €
Diferimento de rendimento	3 695 444,26 €

Atualmente a autarquia tem em vigor as seguintes concessões:

O contrato referido no quadro anterior, já teve o seu término, sendo que confere o direito a recebimentos à CMM e não têm qualquer pagamento associado, exceto em caso de resgate da concessão ou não têm qualquer pagamento associado, exceto em caso de resgate da concessão ou de não atribuição de nova concessão.

A Orientação Técnica n.º 1 da Comissão de Normalização Contabilística (CNC), aprovada pelo Comité de Normalização Contabilística Público (CNCP) da Comissão Executiva (CE) da CNC em 18 de fevereiro de 2025, aborda o tratamento contabilístico dos contratos de concessão de distribuição de energia elétrica em baixa tensão (BT) celebrados entre os municípios e a E-Redes, S.A. Esses contratos, estabelecidos conforme o Decreto-Lei n.º 344-B/82 e suas alterações, sendo que para assegurar a continuidade dos serviços até a implementação de novas concessões previstas para 2026, muitos municípios prorrogaram esses contratos.

A orientação destaca que, conforme a Norma de Contabilidade Pública (NCP) 4, os municípios, na qualidade de concedentes, devem reconhecer os ativos relacionados com a concessão se controlarem ou regularem os serviços prestados e tiverem direito a benefícios econômicos futuros desses ativos, mas apenas se tiverem informação para o efeito, sendo que geralmente essa informação nem sempre é enviada de forma completa e atempada. Além disso, a renda paga pela E-Redes aos municípios pela exploração da concessão deve ser reconhecida como rendimento ao longo do período da concessão.

No caso específico da Câmara Municipal do Montijo (CMM), em 2021, foram reconhecidos pela primeira vez os ativos em concessão à E-Redes, com atualizações subsequentes baseadas em dados de 2024. Esse reconhecimento deve-se ao facto da CMM entender possuir informações suficientes para identificar e mensurar esses ativos, alinhando-se às diretrizes da NCP 4 e da Orientação Técnica n.º 1 da CNC.

O rendimento diferido corresponde ao montante dos ativos fixos tangíveis líquido de depreciações e que tenham sido encargo da E-Redes e que em caso de resgate da concessão ou não renovação, existe uma indemnização a pagar de montante sensivelmente semelhante. A autarquia não considera este montante como passivo financeiro, dado que pretende realizar um novo contrato de concessão nos termos da legislação que está ainda por aprovar.

Nota 5 - Ativos fixos tangíveis

Os bens do ativo fixo tangível foram mensurados pelo seu custo e o gasto de depreciação dos ativos inicia quando fica disponível para uso e cessa quando o ativo é desreconhecido. O grupo utiliza o método das quotas constantes (ou da linha reta) para calcular as depreciações.

As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos seguintes períodos de vida útil estimada:

AFT	Terrenos e recursos naturais	Edifícios e outras Construções	Equipamento Básico	Equipamento Transporte	Equipamento Administrativo	Outros ativos fixos tangíveis
Taxa de Amortização		5,0%	entre 5,0% e 20,0%	25,0%	12,50%	entre 2,0% e 25,0%
Métodos de amortização	Linha reta	Linha reta	Linha reta	Linha reta	Linha reta	Linha reta

5.1 - Ativos fixos tangíveis – variação das depreciações e perdas por imparidades acumuladas.

Rubricas	Início do Período				Fim do Período			
	Quantia Bruta	Depreciações acumuladas	Perdas por imparidade acumuladas	Quantia Escriturada	Quantia Bruta	Depreciações acumuladas	Perdas por imparidade acumuladas	Quantia Escriturada
Bens de domínio público, patrimônio histórico, artístico e cultural								
Terrenos e recursos naturais	16 069 987,28	0,00	0,00	16 069 987,28	16 263 009,47	0,00	0,00	16 263 009,47
Edifícios e outras construções	8 057 271,60	1 893 504,46	0,00	6 163 767,14	8 195 844,56	2 174 804,32	0,00	6 021 040,24
Infraestruturas	104 169 060,54	24 856 625,47	0,00	79 312 435,07	107 645 640,94	28 576 773,73	0,00	79 068 867,21
Património histórico, artístico e cultural	58 537,60	0,00	0,00	58 537,60	58 994,60	0,00	0,00	58 994,60
Bens de domínio público em curso	154 760,00	0,00	0,00	154 760,00	75 261,05	0,00	0,00	75 261,05
	128 509 617,02	26 750 129,93	0,00	101 759 487,09	132 238 750,62	30 751 578,05	0,00	101 487 172,57
Ativos fixos em concessão								
Infraestruturas	23 519 464,75	17 210 049,46	0,00	6 309 415,29	24 230 500,13	17 652 702,32	0,00	6 577 797,81
	23 519 464,75	17 210 049,46	0,00	6 309 415,29	24 230 500,13	17 652 702,32	0,00	6 577 797,81
Outros ativos fixos tangíveis								
Terrenos e recursos naturais	66 061 247,53	0,00	0,00	66 061 247,53	66 735 805,03	0,00	0,00	66 735 805,03
Edifícios e outras construções	83 445 067,58	19 706 919,65	0,00	63 738 147,93	87 385 377,41	22 455 075,57	0,00	64 930 301,84
Equipamento básico	6 125 366,09	4 409 511,06	0,00	1 715 855,03	6 660 046,91	4 804 590,42	0,00	1 855 456,49
Equipamento de transporte	6 546 629,97	5 350 754,24	0,00	1 195 875,73	7 031 018,16	5 794 447,84	0,00	1 236 570,32
Equipamento administrativo	3 299 036,40	2 823 042,19	0,00	475 994,21	3 429 039,20	2 959 859,96	0,00	469 179,24
Outros	3 193 352,08	2 758 301,83	0,00	435 050,25	3 226 705,92	2 798 817,76	0,00	427 888,16
Ativos fixos tangíveis em curso	2 764 787,80	0,00	0,00	2 764 787,80	2 487 098,20	0,00	0,00	2 487 098,20
	171 435 487,45	35 048 528,97	0,00	136 386 958,48	176 955 090,83	38 812 791,55	0,00	138 142 299,28
TOTAL	323 464 569,22	79 008 708,36	0,00	244 455 860,86	333 424 341,58	87 217 071,92	0,00	246 207 269,66

ANEXO DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
PRESTAÇÃO DE CONTAS CONSOLIDADA 2024



5.2 - Ativos tangíveis – quantia escriturada e variações do período.

Rubricas	Quantia escriturada inicial	Variações						Quantia escriturada final
		Adições	Transferências internas	Revalorizações	Reversão de Perdas por imparidade	Depreciações do período	Diminuições	
Bens de domínio público, património histórico, artístico e cultural								
Terrenos e recursos naturais	16 069 987,28	193 022,19	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	16 263 009,47
Edifícios e outras construções	6 163 767,14	-16 187,04	154 760,00	0,00	0,00	-281 299,86	0,00	6 021 040,24
Infraestruturas	79 312 435,07	1 258 892,73	2 217 687,67	0,00	0,00	-3 720 148,26	0,00	79 068 867,21
Património histórico, artístico e cultural	58 537,60	457,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	58 994,60
Bens de domínio público em curso	154 760,00	75 261,05	-154 760,00	0,00	0,00	0,00	0,00	75 261,05
	101 759 487,09	1 511 445,93	2 217 687,67	0,00	0,00	-4 001 448,12	0,00	101 487 172,57
Ativos fixos em concessão								
Infraestruturas	6 309 415,29	711 035,38	0,00	0,00	0,00	-442 652,86	0,00	6 577 797,81
	6 309 415,29	711 035,38	0,00	0,00	0,00	-442 652,86	0,00	6 577 797,81
Outros ativos fixos tangíveis								
Terrenos e recursos naturais	66 061 247,53	674 557,50	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	66 735 805,03
Edifícios e outras construções	63 738 147,93	2 074 010,98	2 365 099,85	0,00	0,00	-2 779 286,31	-467 670,61	64 930 301,84
Equipamento básico	1 715 855,03	465 891,07	100 524,50	0,00	0,00	-425 354,40	-1 459,71	1 855 456,49
Equipamento de transporte	1 195 875,73	560 228,98	0,00	0,00	0,00	-519 534,39	0,00	1 236 570,32
Equipamento administrativo	475 994,21	175 900,30	0,00	0,00	0,00	-176 699,98	-6 015,29	469 179,24
Outros	435 050,25	55 671,34	42 150,37	0,00	0,00	-104 196,50	-787,30	427 888,16
Ativos fixos tangíveis em curso	2 764 787,80	4 449 354,65	-4 727 044,25	0,00	0,00	0,00	0,00	2 487 098,20
	136 386 958,48	8 455 614,82	-2 219 269,53	0,00	0,00	-4 005 071,58	-475 932,91	138 142 299,28
TOTAL	244 455 860,86	10 678 096,13	-1 581,86	0,00	0,00	-8 449 172,56	-475 932,91	246 207 269,66

5.2A - Ativos tangíveis – adições.

Rubricas	Adições										
	Internas	Compra	Cessão	Transfer. ou troca	Expropriação	Doação	Dação em pagamento	Locação fin.	Fusão, cisão, ...	Outras	Total
Bens de domínio público, património histórico, artístico e cultural											
Terrenos e recursos naturais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	193 022,19	193 022,19
Edifícios e outras construções	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-16 187,04	-16 187,04
Infraestruturas	0,00	52 636,78	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1 206 255,95	1 258 892,73
Património histórico, artístico e cultural	0,00	457,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	457,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Bens de domínio público em curso	0,00	75 261,05	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	75 261,05
	0,00	128 354,83	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1 383 091,10	1 511 445,93
Ativos fixos em concessão											
Infraestruturas	0,00	711 035,38	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	711 035,38
	0,00	711 035,38	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	711 035,38
Outros ativos fixos tangíveis											
Terrenos e recursos naturais	0,00	0,00	0,00	674 557,50	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	674 557,50
Edifícios e outras construções	0,00	205 841,12	0,00	2 023 672,50	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-155 502,64	2 074 010,98
Equipamento básico	0,00	467 476,60	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-1 585,53	465 891,07
Equipamento de transporte	0,00	527 054,69	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	33 174,29	560 228,98
Equipamento administrativo	0,00	177 492,74	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-1 592,44	175 900,30
Outros	0,00	55 671,34	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	55 671,34
Ativos fixos tangíveis em curso	0,00	4 084 880,48	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	364 474,17	4 449 354,65
	0,00	5 518 416,97	0,00	2 698 230,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	238 967,85	8 455 614,82
TOTAL	0,00	6 357 807,18	0,00	2 698 230,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1 622 058,95	10 678 096,13

5.2B - Ativos tangíveis – diminuições.

Rubricas	Diminuições					
	Alienações a título oneroso	Transferência ou troca	Devolução ou Reversão	Fusão, cisão, reestruturação	Outras	Total
Ativos fixos em concessão						
Infraestruturas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros ativos fixos tangíveis						
Edifícios e outras construções	0,00	0,00	0,00	0,00	-467 670,61	-467 670,61
Equipamento básico	0,00	0,00	0,00	0,00	-1 459,71	-1 459,71
Equipamento de transporte	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Equipamento administrativo	0,00	0,00	0,00	0,00	-6 015,29	-6 015,29
Equipamentos biológicos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00	-787,30	-787,30
	0,00	0,00	0,00	0,00	-475 932,91	-475 932,91
TOTAL	0,00	0,00	0,00	0,00	-475 932,91	-475 932,91

Nota 6 – Locações

As Entidades do Grupo Autárquico têm contratos de locação em vigência em 2024.

Entidade	Bens locados	Quantia escriturada líquida	Pagamentos efetuados acumulados				Futuros pagamentos mínimos			
			Período		Acumulado		Período		Acumulado	
			Capital	Juros	Capital	Juros	Capital	Juros	Capital	Juros
CMM	2 Viaturas Pesadas Recolha RSU	53 863,91 €	87 242,75 €	4 530,64 €	386 476,09 €	9 955,03 €	53 863,91 €	772,58 €	- €	- €
	3 Viaturas Ligeiras c/ Cabine Dup	20 944,21 €	18 304,88 €	1 285,85 €	72 412,79 €	2 082,54 €	19 084,00 €	518,68 €	1 860,21 €	6,93 €
AFPDIM	Veículo Renault Trafic III 42-ZX-71		1 944,41 €	24,49 €	24 295,45 €	933,36 €	- €	- €		
Total		74 808,12 €	107 492,04 €	5 840,98 €	483 184,33 €	12 970,93 €	72 947,91 €	1 291,26 €	1 860,21 €	6,93 €

Entidade	Contratos	Valor do contrato	Pagamentos efetuados acumulados				Futuros pagamentos mínimos				Valor presente dos futuros pagamentos mínimos
			Período		Acumulado		Até 1 ano	Entre 1 e 5 anos	Sup. A 5 anos	Total	
			Pag. Min.	Rendas C.	Pag. Min.	Rendas C.					
SMAS	Serviços de Cópia e impressão em regime de aluguer operacional (1 máquina multifunções image runner advance C3720i)	4 428,00 €	492,00 €	- €	4 428,00 €	- €	- €	- €	- €	- €	- €
	Aquisição de serviços no âmbito de aluguer operacional de duas viaturas	24 465,59 €	4 270,73 €	- €	23 823,07 €	- €	- €	- €	- €	- €	642,52 €
	Serviços de Cópia e impressão em regime de aluguer operacional (2 máquina multifunções image runner advance C3720i)	8 856,00 €	2 214,00 €	- €	8 610,00 €	- €	- €	- €	- €	- €	246,00 €
	Serviços para Cópia e impressão em regime de aluguer operacional (1 máquina CANON MF 522X)	1 328,40 €	442,80 €	- €	1 143,90 €	- €	- €	- €	- €	- €	184,50 €
	Serviço de aluguer operacional (renting) de 1 veículos automóveis ligeiros usados	6 923,33 €	554,45 €	- €	6 653,40 €	- €	- €	- €	- €	- €	269,93 €
	Aquisição de serviços de aluguer operacional (renting) de 4 veículo usadas	14 918,19 €	382,32 €	- €	13 557,08 €	- €	- €	- €	- €	- €	1 361,11 €
	Aquisição de serviços de aluguer operacional (renting) de 4 veículo usadas	27 318,69 €	23 336,91 €	- €	23 336,91 €	- €	- €	- €	- €	- €	3 981,78 €
Total	102 850,58 €	33 718,43 €	- €	83 577,58 €	- €	- €	- €	- €	- €	19 273,00 €	

Nota 9 – Imparidade de ativos

Os movimentos ocorridos em 2024 encontram-se no quadro seguinte:

Ativo	Natureza	31/12/2024			31/12/2023		
		Quantia bruta	Imparidade acumulada	Quantia recuperável	Quantia bruta	Imparidade acumulada	Quantia recuperável
Cientes, contribuintes e utentes	Gerador de caixa	3 571 836,51	2 292 265,66	1 279 570,85	3 370 559,15	1 783 535,52	1 587 023,63
Outros devedores	Gerador de caixa	39 308,22	7 263,04	32 045,18	38 113,67	7 263,04	30 850,63

Nota 10 – Inventários

Os movimentos dos inventários à data de 31/12/2024 são os seguintes:

	2024								Quantia escriturada final
	Quantia escriturada inicial	Variações						Outros aumentos de inventários	
		Compras líquidas	Consumo s/ gastos	Variações nos inventários	Perdas por imparidade	Reversões de perdas por imparidade	Outras reduções de inventários		
Mercadorias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Matérias primas, subsidiárias e de consumo	129 872,55	155 723,34	148 930,01	0,00	0,00	0,00	566,12	595,81	136 695,57
Produtos acabados e intermédios	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Subprodutos, desperdícios, resíduos e rejeitos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Produtos e trabalhos em curso	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total	129 872,55	155 723,34	148 930,01	0,00	0,00	0,00	566,12	595,81	136 695,57

	2024			2023		
	MERCADORIAS	MATÉRIAS PRIMAS SUBS. CONSUMO	Total	MERCADORIAS	MATÉRIAS PRIMAS SUBS. CONSUMO	Total
Existências iniciais	0,00	129 872,55	129 872,55	0,00	133 775,26	133 775,26
Compras	0,00	155 723,34	155 723,34	0,00	167 586,09	167 586,09
Regularização de existências	0,00	29,69	29,69	0,00	-30,67	-30,67
Existências finais	0,00	136 695,57	136 695,57	0,00	129 872,55	129 872,55
Custo das merc.vend.mat.consumidas	0,00	148 930,01	148 930,01	0,00	171 458,13	171 458,13

Nota 13 - Rendimento de transações com contraprestação

a) Políticas contabilísticas e métodos adotados

O rendimento das vendas é reconhecido na demonstração de resultados:

- i. Quando os riscos e benefícios inerentes à posse dos ativos são transferidos para o comprador;
- ii. Quando deixa de existir um envolvimento continuado de gestão com grau geralmente associado com a posse;
- iii. Quando o montante dos créditos possa ser fiavelmente quantificado;
- iv. Quando seja provável que os benefícios económicos associados com a transação fluam para a entidade;
- v. Quando os custos incorridos ou a incorrer referentes à transação possam ser fiavelmente mensurados.

O rendimento das prestações de serviços é reconhecido na demonstração de resultados com referência à fase de acabamento da prestação de serviços à data do balanço.

O rendimento dos juros é reconhecido na demonstração de resultados através do método do juro efetivo.

O rendimento dos dividendos é reconhecido a partir do momento em que se estabelece o direito do acionista a receber o dividendo.

b) Quantia de cada categoria de rendimentos

	2024	2023
Tipo de transação com contraprestação	Rendimento do período reconhecido	Rendimento do período reconhecido
Prestações de Serviços	11 912 603,47 €	11 037 954,22 €
Venda	3 047 911,18 €	2 852 857,62 €
Juros		
Royalties		
Dividendos ou distribuições similares	13 165,96 €	13 155,21 €
Outros rendimentos	755 723,67 €	69 855,31 €
TOTAL	15 729 404,28 €	13 973 822,36 €

Nota 14 - Rendimento de transações sem contraprestação

a) Políticas contabilísticas e métodos adotados

As transações sem contraprestação subdividem-se em impostos e transferências. Os impostos são benefícios económicos ou potencial de serviço obrigatoriamente pagos ou a pagar a entidades públicas, de acordo com disposições legais adequadas, criadas para proporcionar rendimento às administrações públicas. As transferências são influxos de benefícios económicos futuros ou potencial de serviço provenientes de transações sem contraprestação que não sejam impostos.

b) Quantia de cada categoria de rendimentos

Tipo de transação sem contraprestação	31/12/2024				31/12/2023			
	Rendimento do período reconhecido em		Quantias por receber		Rendimento do período reconhecido em		Quantias por receber	
	Resultados	Património Líquido	Início do período	Final do período	Resultados	Património Líquido	Início do período	Final do período
Impostos diretos	11 955 704,10				11 348 163,52			
Impostos indiretos	15 856 506,47				14 465 138,83			
Taxas	2 426 655,37		124 805,90	172 252,47	2 269 383,25		98 469,60	124 805,90
Multas e outras penalidades	92 775,06		42 191,59	3 932,94	72 257,55		4 857,78	42 191,59
Transferências sem condição	14 441 208,33	2 512 933,46			13 016 765,34	1 716 082,49		
Transferências/Subsídios com condição	3 856 301,89	18 626 472,70	323 267,03	248 149,82	4 027 768,51	16 890 825,46	652 609,13	323 267,03
Outros	1 160 556,46				580 734,90			
TOTAL	49 789 707,68	21 139 406,16	490 264,52	424 335,23	45 780 211,90	18 606 907,95	755 936,51	490 264,52

Nota 15 - Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes

15.1 - Provisões

As provisões são reconhecidas quando se verifica cumulativamente as seguintes situações:

- i. Exista uma obrigação presente como resultado de um acontecimento passado;
- ii. Seja provável que um exfluxo de recursos que incorpore benefícios económicos que será necessário para liquidar a obrigação;
- iii. Possa ser efetuada uma estimativa fiável da quantia da obrigação.

Relativamente aos diversos processos judiciais que se encontram em curso, após reapreciação jurídica para efeitos de prestação anual das contas, foi ajustada a provisão para outros riscos e encargos que se estima suficiente para fazer face a eventuais indemnizações de processos onde existe um risco de ocorrerem decisões desfavoráveis ao Município. Foi ainda ajustada a provisão relativa a acidentes de trabalho e doenças profissionais.

Rubricas	Quantia escriturada inicial	Aumentos				Diminuições				Quantia escriturada final
		Reforços	Aumentos da quantia escriturada	Outros aumentos	Total aumentos	Utilizações	Reversões	Outros diminuições	Total diminuições	
Provisões										
Processos judiciais em curso	123 277,73	0,00			0,00		2 467,58		2 467,58	120 810,15
Acidentes de trabalho e doenças profissionais	307 763,57	49 181,52			49 181,52					356 945,09
TOTAL	431 041,30	49 181,52	0,00	0,00	49 181,52	0,00	2 467,58	0,00	2 467,58	477 755,24

15.2 – Passivos Contingentes

- i. Obrigações possíveis, que carecem de confirmação se a entidade tem ou não uma obrigação presente que possa conduzir a um exfluxo de recursos incorporando benefícios económicos ou potencial de serviço; ou
- ii. Obrigações presentes, que não satisfazem os critérios de reconhecimento da NCP 15 (por isso não são reconhecidos sob a forma de provisão), quer porque não é provável que seja exigido um exfluxo de recursos incorporando benefícios económicos ou potencial de serviço para extinguir a obrigação, quer porque não pode ser feita uma estimativa suficientemente fiável da quantia da obrigação.

Apresentam-se assim os processos judiciais em curso sobre os quais foi efetuada uma apreciação jurídica de risco, e constituídas as respetivas provisões pelos valores indicados. Relativamente aos processos onde não se verifique as condições para reconhecimento de provisão, são apresentados os mesmos para os efeitos de divulgação dos passivos contingentes.

N.º	Entidade	Processo	Valor da Ação	Observações	Valor Provisão
1	Tribunal Judicial da Comarca de Lisboa, Juízo Central Cível de Almada (Juiz 3)	Processo -Direitos de Propriedade	7 673,96	Estado em 31/12/2024 e actual: Apresentada a contestação, aguardando-se os ulteriores termos do processo.	7 673,96
2	Tribunal Administrativo e Fiscal de Almada (Unidade Orgânica 2)	Processo n.º 504/16.3BEALM	11 250,00	Estado em 31/12/2024 e actual: Sentença de procedência da oposição proferida em 27/03/2023. Apresentação de alegações de recurso em 08/05/2023, encontrando-se no Tribunal Central Administrativo Sul a aguardar acórdão.	11 250,00
3	Tribunal Administrativo e Fiscal de Almada (Unidade Orgânica 2)	Processo n.º 407/18.7BEALM	13 849,43	Estado em 31/12/2024 e actual: Sentença de absolvição da instância proferida em 11/11/2022 objeto de recurso apresentado pelas Autaras encontrando-se no Tribunal Central Administrativo Sul a aguardar acórdão	13 849,43
4	Tribunal Administrativo e Fiscal de Almada (Unidade Orgânica 1)	Processo n.º 510/19.6BEALM	7 869,22	Estado em 31/12/2024 e actual: E 17/06/2024 foi preferido despacho saneador, tendo, por despacho 05/03/2025 sido designado o dia 01/04/2025 para realização da audiência de julgamento.	7 869,22
5	Tribunal Administrativo e Fiscal de Almada (Unidade Orgânica 1)	Processo n.º 427/21.4BEALM	2 376,23	Estado em 31/12/2024 e actual: Contestação apresentada em 29/09/2021 estando a aguardar despacho saneador	2 376,23
6	Tribunal Administrativo e Fiscal de Almada (Unidade Orgânica 1)	Processo n.º 3476/23.4BELSB	2 113,00	Estado em 31/12/2024: Transitado em julgado do saneador-sentença.	2 113,00
7	Tribunal Administrativo e Fiscal de Almada (Unidade Orgânica 2)	Processo n.º 662/24.3BEALM	46 368,75	Estado em 31/12/2024: Citação em 11/10/2024, estando a decorrer prazo para apresentação de contestação.	46 368,75
8	Tribunal Administrativo e Fiscal de Almada (Unidade Orgânica 1)	Processo n.º 754/24.9BEALM	1 979,56	Estado em 31/12/2024: Contestação apresentada em 15/12/2024.	1 979,56
9	Autoridade Para as Condições do Trabalho – Unidade	Processo de contraordenação n.º 031001164	9 180,00	Estado em 31/12/2024 e actual: Aguarda decisão	9 180,00
10	Autoridade Para as Condições do Trabalho – Unidade	Processo de contraordenação n.º 031100574	1 530,00	Estado em 31/12/2024 e actual: Aguarda decisão	1 530,00
11	Autoridade Nacional de Segurança Rodoviária	Processo de contraordenação Auto n.º 904299295/E	300,00	Estado em 31/12/2024 e actual: Aguarda decisão	300,00
12	Autoridade Nacional de Segurança Rodoviária	Processo de contraordenação Auto n.º 905359062/E	60,00	Estado em 31/12/2024 e actual: Aguarda decisão	60,00
13	Autoridade Nacional de Segurança Rodoviária	Processo de contraordenação Auto n.º 912172843/E	60,00	Estado em 31/12/2024 e actual: Aguarda decisão	60,00
14	Inspeção-Geral do Ambiente	Processo de contraordenação n.º CO/000483/11	15 000,00	Estado em 31/12/2024 e actual: Aguarda decisão	15 000,00
15	Autoridade Nacional de Segurança Rodoviária	Processo de contraordenação Auto n.º 2 74307138	600,00	Estado em 31/12/2024 e actual: Aguarda decisão	600,00
16	Autoridade Nacional de Segurança Rodoviária	Processo de contraordenação Auto n.º 2 74307146	300,00	Estado em 31/12/2024 e actual: Aguarda decisão	300,00
17	Autoridade Nacional de Segurança Rodoviária	Processo de contraordenação Auto n.º 413852768	120,00	Estado em 31/12/2024 e actual: Aguarda decisão	120,00
18	Autoridade Nacional de Segurança Rodoviária	Processo de contraordenação Auto n.º 413852750	180,00	Estado em 31/12/2024 e actual: Impugnação judicial da decisão de aplicação de coima de 180,00€ e de apreensão de veículo em 04/01/2023, estando a aguardar pronúncia de entidade autuante e remessa para o tribunal.	180,00
Total					120 810,15

15.3 - Acidentes de trabalho e doenças profissionais

O montante relativo à provisão dos acidentes de trabalho e doenças profissionais estão desagregados de acordo com o seguinte quadro:

Acidentes de trabalho e doenças profissionais			
Idade	Valor da Pensão	Valor da Pensão Anual	Montante da provisão
55 anos	87,92 €	1 230,88 €	27 284,48 €
61 anos	102,85 €	1 439,90 €	28 225,85 €
70 anos	298,18 €	4 174,52 €	53 263,63 €
55 anos	32,28 €	451,92 €	9 101,77 €
58 anos	398,10 €	5 573,40 €	103 042,26 €
75 anos	19,47 €	272,58 €	3 282,77 €
66 anos	111,32 €	1 558,48 €	23 076,68 €
70 anos	55,65 €	779,10 €	11 536,27 €
67 anos	47,74 €	668,36 €	10 756,06 €
65 anos	80,82 €	1 131,48 €	19 596,44 €
61 anos	173,21 €	2 424,94 €	47 535,24 €
68 anos	53,58 €	750,12 €	12 071,84 €
68 anos	36,27 €	507,78 €	8 171,80 €
Total			356 945,09 €

Nota 17 – Acontecimento após a data de relato

À data de emissão do relatório e contas, para o exercício findo em 31 de dezembro de 2024 não existem eventos que impliquem ajustamentos nas demonstrações financeiras em anexo.

Após o encerramento do período, e até à elaboração do presente anexo, não se registaram outros factos suscetíveis de modificar a situação relevada nas contas.

Nota 18 – Instrumentos financeiros

Os instrumentos financeiros mensurados ao custo amortizado menos perdas por imparidade expressam os valores a seguir apresentados.

18.1 – Ativos Financeiros

Quantias escrituradas de cada uma das categorias de ativos financeiros			31.12.2024			31.12.2023		
			Quantias brutas	Imparidades acumuladas	Quantias escrituradas	Quantias brutas	Imparidades acumuladas	Quantias escrituradas
Ativos financeiros	Ativos financeiros ao custo amortizado menos imparidade	- Dev. por transf. e sub. não reemb.	12 868,38		12 868,38			-
		Clientes, contribuintes e utentes	3 571 836,51	2 292 265,66	1 279 570,85	3 370 559,15	1 783 535,52	1 587 023,63
		Estados e outros entes públicos	119 633,68		119 633,68	128 426,83		128 426,83
		Diferimentos	394 072,74		394 072,74	513 198,04		513 198,04
		Outros ativos	13 891 925,40	7 263,04	13 884 662,36	15 386 599,72	7 263,04	15 379 336,68
		Participações financeiras	2 118 714,70		2 118 714,70	2 117 479,59		2 117 479,59
		Subtotal	20 109 051,41	2 299 528,70	17 809 522,71	21 516 263,33	1 790 798,56	19 725 464,77
Total	20 109 051,41	2 299 528,70	17 809 522,71	21 516 263,33	1 790 798,56	19 725 464,77		

As participações financeiras detidas, mensuradas ao custo refletem as seguintes participações:

		31/12/2024	Aumento	Redução	31/12/2023
CMM	Participações financeiras				
	Simarsul, S.A.	1 127 290,00			1 127 290,00
	Amarsul	233 045,00			233 045,00
	Rede Dinamica XXI	5 000,00			5 000,00
	S. Energia	23 201,51	1 235,11		21 966,40
	Fundo de Apoio Municipal	720 855,00			720 855,00
AFPDM	Fundos (FCT)	9 323,19			9 323,19
TOTAIS		2 118 714,70	1 235,11	0,00	2 117 479,59

18.2 – Passivos Financeiros

Quantias escrituradas de cada uma das categorias de passivos financeiros			31.12.2024		31.12.2023	
			Quantias brutas	Quantias escrituradas	Quantias brutas	Quantias escrituradas
Passivos financeiros	Passivos financeiros mensurados ao justo valor por contrapartida em resultados	Fornecedores	310 583,15	310 583,15	72 577,99	72 577,99
		Outros passivos	5 783 794,64	5 783 794,64	5 594 449,37	5 594 449,37
		Diferimentos	7 029 925,06	7 029 925,06	5 561 770,67	5 561 770,67
		Estado e Outros Entes Públicos	567 415,60	567 415,60	614 474,25	614 474,25
		Financiamentos obtidos	2 702 605,51	2 702 605,51	4 069 971,84	4 069 971,84
		Subtotais	16 394 323,96	16 394 323,96	15 913 244,12	15 913 244,12
Totais			16 394 323,96	16 394 323,96	15 913 244,12	15 913 244,12

Ao nível dos financiamentos obtidos e tal como acima foi referido agregam-se nos termos seguintes:

Financiamentos	31.12.2024			31.12.2023		
	Passivo Corrente	Passivo Não Corrente	TOTAL	Passivo Corrente	Passivo Não Corrente	TOTAL
Empréstimos bancários	204 513,42 €	- €	204 513,42 €	924 333,20 €	- €	924 333,20 €
-Contas Correntes	75 000,00 €		75 000,00 €	125 000,00 €		125 000,00 €
-Descoberto Bancário	8 683,15 €		8 683,15 €	8 683,15 €		8 683,15 €
-Reforço Tesouraria			- €	98 425,19 €		98 425,19 €
-Confirming	60 080,27 €		60 080,27 €	67 924,86 €		67 924,86 €
-Factoring	60 750,00 €		60 750,00 €	624 300,00 €		624 300,00 €
Empréstimos bonificados	101 091,62 €	102 599,11 €	203 690,73 €	99 167,66 €	203 692,57 €	302 860,23 €
- CGD/IHRU	101 091,62 €	102 599,11 €	203 690,73 €	99 167,66 €	203 692,57 €	302 860,23 €
Empréstimos financiamento	641 981,52 €	1 577 611,72 €	2 219 593,24 €	708 998,16 €	1 903 626,68 €	2 612 624,84 €
- CGD	207 005,32 €	634 111,29 €	841 116,61 €	275 409,41 €	841 344,50 €	1 116 753,91 €
- BPI	125 130,86 €	141 127,47 €	266 258,33 €	119 932,26 €	266 501,76 €	386 434,02 €
- Santander Totta, SA			- €	29 173,85 €	- €	29 173,85 €
-Millennium BCP	309 845,34 €	802 372,96 €	1 112 218,30 €	284 482,64 €	795 780,42 €	1 080 263,06 €
- CCAM			- €			- €
Locações Financeiras	72 947,91 €	1 860,21 €	74 808,12 €	157 378,62 €	72 774,95 €	230 153,57 €
TOTAL	1 020 534,47 €	1 682 071,04 €	2 702 605,51 €	1 889 877,64 €	2 180 094,20 €	4 069 971,84 €

Nota 19 – Benefícios dos empregados

a) Indicadores de referência

	2024		
	CMM	SMAS	AFPDM
Recursos humanos			
Número de trabalhadores no final do período	984	111	98
Número médio de trabalhadores ao longo do período	997	98,66	101
Idade média dos trabalhadores	51	57,92	44
Antiguidade média dos trabalhadores	15 anos	19,81	7,0
Horas de formação totais	3 904	867	2 668
Média de horas de formação por trabalhador	4h	8,21h	26
Gastos com o pessoal	20 271 899,96	2 639 656,62	2 335 157,83
Gastos médios por trabalhador	20 601,52	23 780,69	23 120,37
Taxa geral de absentismo	11,10%	10,79%	4,90%
Total de acidentes de trabalho	52	4	3
Média de acidentes de trabalho por trabalhador	5%	4%	3%

b) Os gastos com o pessoal apresentam a seguinte evolução

Gastos com o pessoal	2024	2023
Remunerações Órgãos Autárquicos	189 779,90	162 291,83
Remunerações Membros Conselho administração	131 523,87	135 442,33
Remunerações do pessoal	20 266 633,12	19 085 633,49
Pensões	7 335,22	6 678,38
Benefícios pós emprego	4 541,40	7 556,28
Indemnizações	112 437,91	86 484,55
Encargos s/ Remunerações	4 451 869,72	4 253 211,66
Seguros de acid. trab e doenças profis.	316 542,46	270 824,60
Outros gastos com o pessoal	146 632,87	676 408,66
Outros encargos sociais	152 025,72	116 940,74
Total	25 779 322,19	24 801 472,52

Nota 20 - Divulgações de partes relacionadas

20.2 – Transações entre partes relacionadas

Município de Montijo / S. Energia

Tipo de Fluxos	Obrigações / Pagamentos					Direitos / Recebimentos				
	Saldo inicial	Obrigações constituídas no exercício	Anulações no exercício	Pagamentos do exercício	Saldo final	Saldo inicial	Direitos constituídos no exercício	Anulações no exercício	Recebimentos do exercício	Saldo final
Transferências	0,00	50 076,00	0,00	50 076,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Relações Comerciais	0,00	2 952,00	0,00	2 952,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total	0,00	53 028,00	0,00	53 028,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Nota 23 – Outras divulgações

23.1 - Fornecimentos e serviços externos

Esta componente dos gastos, durante os anos de 2024 apresenta o seguinte desenvolvimento:

Fornecimentos e serviços externos	2024	2023
621 Subcontratos e parcerias	2 954 860,97	2 225 283,50
622 Serviços especializados	10 754 549,03	9 256 969,33
623 Materiais de consumo	378 027,70	415 380,19
624 Energia e fluídos	3 106 152,55	3 344 729,97
625 Deslocações, estadas e transportes	61 363,15	152 540,82
626 Serviços diversos	4 011 254,32	3 396 205,06
Total	21 266 207,72	18 791 108,87

23.2 - Gastos e Perdas

Durante o ano 2024 a totalidade dos gastos e perdas ascenderam aos seguintes montantes:

GASTOS E PERDAS	2024	2023
60 Transferências e subsídios concedidos	8 120 844,98	5 751 349,42
61 Custo das merc.vend.mat.consumidas	148 930,01	171 458,13
62 Fornecimentos e serviços externos	21 266 207,72	18 791 108,87
63 Gastos com o pessoal	25 779 322,19	24 801 472,52
64 Gastos de depreciação e de amortização	8 433 772,37	8 181 249,22
65 Perdas por imparidade	471 166,45	228 651,72
66 Perdas por redução de justo valor	0,00	0,00
67 Provisões	46 713,94	40 360,98
68 Outros gastos	2 761 036,52	1 897 300,99
69 Gastos por juros e outros encargos	203 754,28	200 972,21
Total	67 231 748,46	60 063 924,06